

A surdez na dinâmica familiar: estudo de uma população específica

Tárcia R.S.Dias¹
 Sueli A.C.Mantelatto²
 Almir Del Prette³
 Cristina C.A.Pedroso⁴
 Tatiane C.Gonçalves⁵
 Roberta C.Magalhães⁶

Hoje, coloca-se cada vez mais, a importância de inserir a família no processo educacional vigente, tendo em vista as recomendações dispostas na Lei 9394/96, Art. 32, item IV. Esse Artigo dispõe que o ensino fundamental, com duração mi-

gos com a família. A família deve, portanto, ser vista como parceira do Estado, porque cabe a este dar as condições necessárias à formação do cidadão, e à que-ela, operar nesse sentido, agindo tanto no exercício dos seus deveres como na exigência dos seus direitos.

A literatura tem apontado a importância de se compreender a dinâmica familiar dos alunos com necessidades especiais (Vash, 1988; Amiralian, 1986; Omote, 1980; Terrasse, 1993).

Por outro lado, no caso do educando com surdez, as famílias detectam a limitação de seus filhos mais tardiamente, quando comparadas com famílias de crianças com síndrome de Down e paralisia cerebral (Terrasse, 1993). Portanto, qualquer intervenção para auxiliar o desenvolvimento das crianças, também, demora mais para se iniciar.

Considerando essa realidade, é de fundamental importância que essas famílias recebam orientação após o diagnóstico e durante o atendimento, a fim de propiciar maior aceitação do problema e condições mais favoráveis ao desenvolvimento.

Com o objetivo de melhorar os resultados educacionais junto aos surdos, em Ribeirão Preto, os serviços oferecidos pela Rede Municipal de ensino foram reorganizados (ver Dias, 1997). Historicamente, em 1995, segundo Dias, foi implementado um modelo de integração escolar que partiu da descentralização de um Centro de Educação Especial, que anteriormente atendia a todas as defici-

"(...) é de fundamental importância que essas famílias recebam orientação após o diagnóstico e durante o atendimento, a fim de propiciar maior aceitação do problema e condições mais favoráveis ao desenvolvimento."

nima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Souza e Silva, 1997 p.53).

Neste sentido, Souza e Silva (1997) discutem que a educação é uma função da família e do Estado, que, em parceria, devem buscar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para uma parceria efetiva entre a família e o Estado, é necessário que os educadores conheçam as características sociais, econômicas e culturais das famílias de uma determinada região. Isto pode ser sentido pela crescente disposição de diálogo entre a escola e os demais servi-

¹Doutora em Psicologia, Prof. Titular da Universidade de Ribeirão Preto, Prof. orientadora do Programa em Educação Especial da UFSCar

²Fonoaudióloga e doutoranda da USP - Ribeirão Preto

³Doutor em Psicologia e Professor orientador do Programa de Educação Especial da UFSCar

⁴Mestranda em Ed. Especial - UFSCar

^{5 e 6} Universidade de Ribeirão Preto e Universidade Federal de São Carlos

“Para que tal atividade possa acontecer com eficiência, torna-se necessário conhecer a estrutura familiar, sociabilidade e escolarização dos alunos com surdez (...)”

ências. Na área da surdez, essa descentralização constou da organização de classes especiais, salas de recursos e serviço itinerante na rede regular de ensino. Atualmente é esse o modelo que está a serviço desta comunidade, constituindo-se de sete classes especiais, de duas salas de recursos e de serviço itinerante, para dar apoio aos professores das classes regulares com surdos inseridos. Essa estrutura Municipal tem atendido à demanda da cidade e da região. Além disso, os alunos que estão inseridos no ensino regular, público e particular, também se utilizam desse sistema, por meio do apoio das salas de recursos.

Adicionalmente ao sistema Municipal, a Rede Estadual de ensino oferece um atendimento educacional aos surdos por meio de duas classes especiais e duas salas de recursos em escola regular, que prestam atendimento aos alunos do ensino público e particular, desta cidade e região.

Esses serviços ainda não são suficientes para atender toda demanda da comunidade, considerando o número elevado de alunos em lista de espera. A expectativa, a curto prazo, de atendimento a essa demanda ainda fica mais reduzida levando-se em conta que as classes especiais devem funcionar com até oito alunos, número recomendado por Brasil (1995).

Além disso, o atendimento à comunidade surda, oferecido pelas Redes Municipal e Estadual de ensino, ainda não conseguiu organizar um modelo que inclua a participação da família no processo educativo, tal como propõe a atual política educacional que amplia a concepção de educação e aponta a impor-

tância da parceria com as famílias.

Dentro dessa perspectiva, a Universidade de Ribeirão Preto está organizando um serviço de atendimento interdisciplinar a indivíduos surdos, que prevê, como uma de suas principais atividades, a formação de um grupo de orientação e apoio a pais. Para que tal atividade possa acontecer com eficiência, torna-se necessário conhecer a estrutura familiar, sociabilidade e escolarização dos alunos com surdez, na perspectiva de suas famílias, desta cidade e região.

Com essa finalidade, foi elaborado e aplicado um roteiro de entrevista junto a pais de alunos que freqüentam os serviços das Redes Municipal e Estadual de ensino. Essa entrevista teve como objetivo caracterizar o nível sócio-econômico dessas famílias e obter informações a respeito do desenvolvimento social e escolar da criança.

De acordo com Dias e Omote (1990), a entrevista tem sido muito utilizada em Educação Especial, principalmente por favorecer a compreensão de suas práticas sociais. A entrevista possibilita a am-

pliação do contexto considerado e do conhecimento institucional, incluindo dados fornecidos por outros indivíduos, como é o caso da família.

A entrevista, utilizada como instrumento de investigação neste estudo, contempla questões abertas e fechadas, muitas delas com indicadores de respostas em escalas de categorias nominais.

O uso de questões, com indicadores de respostas em escalas de categorias, pode ser de grande valia quando é necessário quantificar certos aspectos situacionais, com a finalidade de se estabelecer parâmetros de comparação, definir procedimentos eficazes e auxiliar na compreensão dos processos subjacentes ao problema (Felicio e Mantelatto, 1998).

Método

Participantes

Participaram deste estudo 29 pais de alunos com surdez que freqüentavam as redes Municipal e Estadual de Ensino de Ribeirão Preto e duas entrevistadoras.

Instrumento

Foi utilizado um roteiro previamente elaborado com 34 questões abertas e fechadas, sendo 21 com indicadores de res-

Mulher ■
Homem ■



Figura 1: Distribuição de amostra segundo o gênero

postas em escalas de categorias. As respostas em escalas continham cinco categorias nominais, isto é, nenhuma, pouca, regular, muita e total; ou incompreensível, pouco compreensível, regularmente compreensível, bastante compreensível e totalmente compreensível. Foi realizado um estudo piloto com cinco mães que não foram incluídas como participantes do estudo. Na sua forma final, a entrevista foi dirigida a obter informações demográficas, de renda familiar e sobre como a família percebia questões relativas a comunicação, sociabilidade e escolarização de seu filho com surdez.

Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local apropriado da escola em que cada um dos alunos freqüentavam com duração aproximada de 30 minutos. Todas as entrevistas foram registradas manualmente com lápis e papel. As duas entrevistadoras foram treinadas, principalmente com o objetivo de implementar corretamente as instruções, organizadas por escrito.

Procedimento de análise dos dados

Para este estudo, a partir dos registros, foram analisadas apenas as questões relativas a estrutura familiar, sociabilidade e escolarização do aluno com surdez, na perspectiva da família. Os dados foram computados para cada uma das respostas, considerando o total de entrevistas realizadas. Todos os dados, expressos em porcentagem, foram discutidos em relação aos disponíveis na literatura específica

Tabela 1: Freqüência absoluta (FA) e relativa (em %) dos alunos surdos por faixa etária, conforme relato dos pais.

Faixa etária	Freqüência	%
4-6	4	13,8
7-9	7	24,1
10-12	2	6,9
13-15	10	34,5
16-18	5	17,2
19-22	1	3,5
TOTAL	29	100,0

Tabela 2: Freqüência absoluta (FA) e relativa (em %) das causas de surdez dos filhos, relatadas pelos pais.

Causas da surdez	FA	%
Hereditariedade	1	3,45
Síndrome de Wanderburg	1	3,45
Rubéola	14	48,27
Ototoxidade	4	13,79
Anoxia	1	3,45
Eristroblastose fetal	1	3,45
Causas combinadas (infecção de ouvido e ototoxidade)	2	6,90
Meningite	2	6,90
Não soube informar	3	10,34
TOTAL	29	100

Resultados

A estrutura da família, obtida neste estudo, mostrou que: a) a idade das mães variava de 21 a 54 anos (idade média = 36,24) e a dos pais, de 23 a 64 anos. (idade média = 41,59); b) dessas mães, 17 não trabalhavam (58,62%) e 11 estavam empregadas (37,93%); c) 22 mães eram casadas (75,86%); d) 25 pais dos alunos estavam empregados (86,21%); e) a renda familiar situava-se, predominantemente, nas faixas de 4 a 6 ou 7 a 9 salários mínimos (24,14% e 24,14%); f) as famílias entrevistadas tinham, em sua grande maioria, dois ou três filhos (41,39% e 24,14%, respectivamente).

A idade dos filhos surdos variou de 4 a 22 anos, dos quais 21 eram homens (72,41%) e apenas 8 eram mulheres (27,59%) (Ver Figura 1). Conforme a distribuição dos indivíduos surdos por gênero, apresentada na Figura 1, observa-se um predomínio do sexo masculino na amostra. Essa relação aparece, também, nos dados obtidos por Petean e Graminha

(1993,94), nesta mesma região, com portadores de várias necessidades especiais.

Os dados, apresentados na Tabela 1, mostram a distribuição dos alunos surdos, por faixa etária, de acordo com o relato dos pais. Segundo a tabela, a maioria dos alunos encontram-se nas faixas de 7 a 15 anos, coincidindo com o período de freqüência da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental. Antes e depois dessas idades, a freqüência dos alunos é bem menor. Poucas crianças com surdez estão nas primeiras etapas da educação infantil e no ensino médio.

Conforme se observa na Tabela 2, a maior parte das causas de surdez é proveniente de infecções congênitas, como a rubéola. As infecções congênitas ainda são as principais responsáveis pela incidência de surdez, de acordo com os dados obtidos por Dorziat (1995), a partir de investigação em duas instituições especializadas da cidade de São Paulo. Já Salerno, Stablun, Ceci e Silva (1985) encontraram menores porcentagens de surdez congênita na cidade de Brasília.

isto é, em um grupo de 67 crianças surdas, apenas 29,85% eram decorrentes de rubéola materna. Em contrapartida, nos Estados Unidos, de acordo com os achados de Northern & Downs (1991), a rubéola materna é a causa mais importante de surdez pré-natal.

Aqui cabe considerar que praticamente metade dos casos de surdez poderiam ser evitados por um programa de orientação em serviços educacionais e de saúde, por meio de campanhas de vacinação e de informação à comunidade. Resultados semelhantes foram obtidos por Dias, Silva e Galvão (1996) em estudos realizados nesta mesma região, com portadores de várias deficiências. Dias, Silva e Galvão apontam que a maior parte das etiologias conhecidas decorrem de problemas de parto e doenças durante a gravidez (22%), discutindo o quadro atual brasileiro de insuficiência de vacinações em massa, carência de obstetras e pediatras qualificados para atender as

gestantes e realizar partos e assistir ao recém nascido, tal como considerado por Brasil (1992). Além disso, as autoras chamam a atenção para essas falhas no setor de saúde que acontecem mesmo em regiões consideradas como centro de excelência em atendimento médico, como é o caso de Ribeirão Preto.

Os dados aqui obtidos, entretanto, são diferentes dos de Dias, Silva e Galvão (1996) quanto à etiologia da surdez. No estudo de Dias, Silva e Galvão, 33% das famílias/usuários da instituição não deram informação sobre a etiologia da surdez da amostra considerada. Nesta pesquisa, apenas 10,34% dos pais não souberam informar a causa da surdez de seus filhos. Isso parece indicar que os pais, eles próprios, estão obtendo informações a respeito das causas da surdez e dominando mais os termos médicos de diagnóstico.

Outro resultado obtido, que confirma, como indicado acima, as possíveis falhas dos setores de saúde na região, é que apenas 2 (6,90%) dos entrevistados, tinham antecedentes fa-

miliares de surdez, observando-se, portanto a ocorrência mínima de antecedentes genéticos inevitáveis. Esse percentual de incidência, decorrente de fatores genéticos, embora bem inferior ao encontrado por Dias, Silva e Galvão (1996) (20%) em uma amostra de usuários de instituição para portadores de vários tipos de deficiências, encontra-se muito mais abaixo dos dados oferecidos por Marchesi (1995) para pessoas com surdez, relativos à população espanhola. Marchesi situa a surdez hereditária entre 30 e 50% dos casos espanhóis.

Quanto a sociabilidade dos alunos com surdez, na perspectiva dos pais entrevistados, a Tabela 3 mostra a frequência das principais atividades realizadas pelos alunos, com quem as re-

Tipo de Atividade	Frequência em cada ponto da Condição de Ocorrência												
	Escala					S	AC	SA	SU	NS	SN	AP	RE
	Nunca	Pouco	Regular	Muito	Total								
Ver revistas	3 (10,34)	8 (27,59)	2 (6,90)	14 (48,27)	2 (6,90)	17	6	3	0	8	1	25	1
Jogos de Armar	7 (24,14)	10 (34,48)	3 (10,34)	5 (17,25)	4 (13,79)	8	8	6	0	13	1	22	0
Soltar Pipa	11 (7,93)	6 (20,69)	4 (13,79)	6 (20,69)	2 (6,90)	7	9	2	1	9	1	16	2
Exercitar-se	2 (6,90)	4 (13,79)	2 (6,90)	11 (37,93)	10 (34,48)	8	15	4	0	18	1	25	2
Jogar Bola	3 (10,34)	7 (24,14)	7 (24,14)	7 (24,14)	5 (17,24)	3	23	0	3	20	0	25	1
Ver TV	0 (0,00)	3 (10,34)	4 (13,79)	16 (55,18)	6 (20,69)	6	10	13	0	21	2	27	2
Andar pela rua	4 (13,79)	7 (24,14)	2 (6,90)	15 (51,72)	1 (3,45)	4	13	8	2	18	1	23	2
Ir à lanchonete	20 (68,96)	5 (17,24)	2 (6,90)	2 (6,90)	0 (0,00)	0	7	2	2	6	1	9	0

Legenda: sozinho (S), acompanhado (AC), sozinho e acompanhado(SA), acompanhante surdo (SU), não surdo (NS), acompanhante surdo e não surdo (SN), aprovação (AP), reprovação dos pais (RE).

Tabela 3. Frequência absoluta e relativa (em %) das atividades dos filhos e condições em que ocorrem, conforme o relato dos pais (N=29).

alizam e se são aprovadas ou reprovadas pelas famílias.

Pela tabela observa-se que as atividades mais realizadas pelos alunos, na visão da família, são: ver TV, exercitar-se e andar pela rua e ver revistas. Geralmente, estas atividades são realizadas com acompanhantes ouvintes, com exceção de ver revistas que, em sua grande maioria, é realizada sozinha. As atividades menos realizadas são ir a lanchonete e saltar pipas.

A grande maioria dos pais aprovam a realização dessas atividades, deixando perceber, possivelmente, que os mesmos apresentam atitudes menos restritivas e, portanto, favorecedoras do desenvolvimento de seus filhos, na direção apontada por Marchesi (1995).

Além das atividades indicadas na Tabela 3, os pais apontaram outras atividades realizadas pelos filhos, isto é: videogame (3); música (2); bicicleta (3); desenho (2); dançar (1); carrinho (1); nadar (2); cinema (1); pescar (1) e clube (1).

Estes resultados mostram que os alunos realizam atividades diversificadas, evidenciando a possibilidade de interação com ouvintes, sem contudo permitirem conhecer como se estruturam essas interações. Nesse sentido, Marchesi (1995) chama a atenção sobre a dependência entre conteúdos comunicativos e complexidade dos diálogos. Essa complexidade dos diálogos, em seus vários aspectos presentes nas interações, requer investigação sistemática. É interessante ressaltar, em relação ao presente estudo, que as atividades mencionadas podem ser realizadas isoladamente e, quando em grupo, não parecem exigir diálogos elaborados, podendo ocorrer com pouca comunicação.

Goldfeld (1997) relata que uma criança em aquisição de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) mostrou dificuldade em participar de brincadeiras mais complexas, envolvendo planejamento, divisão de papéis e regras. Essa criança, contudo, foi capaz de brincar corporalmente, isto

"(...) metade dos casos de surdez poderiam ser evitados por um programa de orientação em serviços educacionais e de saúde, por meio de campanhas de vacinação e de informação à comunidade."

é correndo, se tocando e ou observando e comentado sobre objetos, pois nesta situação, as crianças se utilizavam de gestos, mímicas e também vocalizações.

A expectativa das famílias entrevistadas quanto ao trabalho, escolaridade, autonomia e formação familiar é mostrada na Tabela 4.

Estes dados mostram que as famílias, em geral, têm uma visão otimista em relação ao alcance da escolaridade, trabalho, autonomia e formação familiar dos filhos com surdez: o que pode ser entendido como uma maneira de negar a diferença de seus filhos. Tais pais, como discutido por Marchesi (1995), "pensam, consciente ou inconscientemente, que se trata de uma situação transitória que a criança vai acabar superando" (p.210).

A expectativa mais acentuada aparece na categoria escolaridade, onde mais da metade dos pais localiza-se nos níveis muita total da escala. As menores expectativas foram encontradas em relação ao trabalho e à formação familiar.

As expectativas positivas com relação à escolaridade não correspondem, no entanto, aos dados obtidos pelas pesquisas que investigaram a inserção dos indivíduos surdos na escola. Por exemplo, Quadros (1997) relata que os adultos surdos têm dificuldade em competir no mercado de trabalho devido a baixa escolaridade. Refere também que 74% dos surdos não chegam a concluir o primeiro grau, conforme pesquisa realizada na PUC do Paraná. Segundo a Feneis, apenas 5% da população surda chega a ingressar na universidade, mostrando-se em sua maioria incapazes de escrever adequadamente (Feneis, 1995 apud Quadros, 1997).

Quanto ao trabalho, em um estudo sobre os egressos de uma instituição voltada para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, Dakuzaku (1998) relata que 68,8% da amostra era composta por surdos, dos quais 50% das pessoas com surdez tinham experiência profissional. Estes dados apontam que entre as pessoas com necessidades

Possibilidades	Nível da expectativa				
	Nenhuma	Pouca	Regular	Muita	Total
Trabalho	3 (10,34)	7 (24,14)	5 (17,2)	9 (31,04)	5 (17,24)
Escolaridade	0 (0,00)	4 (13,79)	8 (27,59)	14 (48,28)	3 (10,34)
Autonomia	1 (3,45)	4 (13,79)	8 (25,59)	12 (41,38)	4 (13,79)
Formação familiar	4 (13,79)	5 (17,24)	3 (10,34)	11 (37,93)	6 (20,70)

Tabela 4: Frequência absoluta e relativa (em %) dos diferentes níveis de expectativa dos pais em relação às possibilidades de trabalho, escolaridade, autonomia e formação familiar dos filhos surdos (N=29).

“Conhecer como a família vivencia as questões relativas às interações sociais e educacionais das crianças e adolescentes surdos pode ser muito útil no processo de aconselhamento e orientação a ser implantado (...)”

educativas especiais, a população de surdos tem tido boas oportunidades de desenvolver atividades profissionais.

É interessante notar que, não obstante o acentuado fracasso escolar, os surdos vêm obtendo uma inserção no mercado de trabalho, especialmente considerando a sua aparente falta de qualificação, a dificuldade na comunicação e o achatamento das oportunidades de trabalho na atual fase de globalização e recessão. Pode-se, nesse caso, aventar algumas hipóteses explicativas, como por exemplo, a de que o indivíduo surdo vem sendo procurado devido à noção de que a sua dificuldade na comunicação o levaria a se orientar mais para a tarefa. Em outras palavras, o surdo seria menos dispersivo e, com isso, alcançaria uma maior produtividade quando comparado ao não surdo. Essa, no entanto, é uma questão empírica que requer ainda investigação.

Considerando a importância da sociabilidade do surdo, tanto para a aprendizagem como para a inserção no mercado de trabalho, autonomia e a possibilidade de formação familiar, buscou-se, também, investigar junto aos pais, a interação de seus filhos surdos com a professora, conhecidos, colegas de escola e irmãos. Além disso, investigou-se a dificuldade do indivíduo surdo em iniciar interação com o sexo oposto e conflitos de natureza interpessoal (brigas). Estes dados são mostrados nas tabelas 5 e 6, respectivamente.

A Tabela 5 mostra que os pais relatam uma boa aceitação geral de seus filhos. Essa aceitação é um pouco menor, entretanto, quando se trata da vizinhan-

ça. Isso pode ser explicável pela dificuldade de comunicação da criança com a vizinhança, tornando mais difícil o seu contato com os vizinhos e diminuindo a sua interação. É claro que outros fatores podem estar, também, interferindo nessa interação, como por exemplo, a simpatia/antipatia percebida pelos pais em relação à sua vizinhança. Isso não acontece com a professora, nem com os colegas de classe, já que nesse ambiente existe uma comunicação mais fluente entre eles (salas especiais). Nesse ambiente, em geral, estão incluídas a estimulação sensorial,

as atividades comunicativas/expressivas e de desenvolvimento simbólico (Marchesi, 1995), favorecendo a eliminação das limitações decorrentes da perda auditiva.

A avaliação dos pais sobre a interação com o sexo oposto, como se observa na Tabela 6, mostra que estes têm uma atribuição bastante minimizada de dificuldades nessa área. Cerca de 75% deles avaliaram que os filhos apresentam pouca ou nenhuma dificuldade para iniciarem interação com o sexo oposto. Pela avaliação dos pais, a surdez não interfere na qualidade das relações sociais de seus filhos, diferente, portanto, dos dados da literatura (Marchesi, 1995), deixando perceber, novamente, uma forma de negação da surdez de seus filhos.

A ocorrência de brigas, também foi investigada, assim como interlocutores e motivos. Observa-se, pela Tabela 7, que as brigas ocorrem em menor proporção com os colegas vizinhos. Nenhum dos pais relata muita ou total ocorrência. Ao considerar que a aceitação do surdo é menor na vizinhança do que com os colegas de escola, irmãos, pode-se pensar que isso

Significantes	Nível da expectativa				
	Nenhuma	Pouca	Regular	Muita	Total
Professora	0 (0,00)	1 (3,45)	3 (6,90)	11 (37,93)	14(48,27)
Vizinhança	1 (3,45)	2 (6,90)	6 (20,69)	7 (24,14)	13 (44,83)
Colegas da escola	0 (0,00)	1 (3,45)	3 (10,34)	10 (34,48)	15(51,72)
Irmãos	0 (0,00)	0 (0,00)	3 (10,34)	4 (13,79)	20(68,97)

Obs: Dois alunos não têm irmãos

Tabela 5. Frequência absoluta e relativa (em %) dos diferentes níveis de avaliação dos pais com relação à aceitação dos filhos surdos por diferentes significantes (N=29).

Dificuldade com o sexo oposto				
Nenhuma	Pouca	Regular	Muita	Total
16 (55,17)	6 (20,69)	6 (20,69)	0 (0,00)	1 (3,45)

Tabela 6. Frequência absoluta e relativa (em %) dos diferentes níveis de avaliação dos pais com relação à dificuldade de iniciativa de interação com o sexo oposto pelos filhos surdos (N=29).

Interlocutor	Motivos	Ocorrência				Total
		Nenhuma	Pouca	Regular	Muita	
Pai	Criança teimosa (2)	19	6	1	2	1
	Coisas do dia-a-dia (8)	65,52%	20,69%	3,45%	6,90%	3,45%
Mãe	Criança teimosa (3)	10	7	5	5	2
	Coisas do dia-a-dia (16)	34,48%	24,14%	17,24%	17,24%	6,90%
Irmão	Brinquedo (5)					
	Coisas do dia-a-dia (11)	6	10	4	6	1
	TV (2)	20,69%	34,48%	13,79%	20,69%	3,45%
	Ciume (2) Diferença de idade (1)					
Colegas escola	Coisas do dia-dia (13)	13	13	2	0	1
	Brinquedo (1)	44,83%	44,83%	6,90%	0,00	3,45%
	Aceitação de colegas (1)					
	Futebol (1)					
Colegas vizinhos	Coisas do dia-a-dia	26	3	0	0	0
		89,66%	10,34%	0,00	0,00	0,00

OBS.: Dois alunos não têm irmãos; nesse caso, portanto, o N=27.

Tabela 7. Frequência absoluta e relativa (em %) de ocorrência, segundo os pais, de brigas dos filhos surdos com diferentes interlocutores e os motivos a elas associados.

resultaria em menores oportunidades de interação e, conseqüentemente, menor número de episódios conflituosos, enquanto que os motivos têm a atribuição genérica de "coisas do dia-a-dia". O oposto pode-se dizer em relação aos colegas de escola e irmãos onde, as atribuições de regular, muito e total aparecem. Nesses casos, os motivos também são mais diversificados. Pelo relato, os episódios de brigas com a mãe são próximos daqueles com os irmãos. Ao que tudo indica, a mãe do surdo acaba por se atribuir uma tarefa de maior vigilância e cuidado na administração dos conflitos interpessoais de seus filhos com outros membros da família e isso pode gerar reações agressivas desse com ela, o que também a faz incluir, como motivo, a atribuição de teimosia.

À pergunta genérica se os filhos costumam brigar, ao serem questionados sobre a ocorrência de brigas dos filhos surdos com outras pessoas, 79,31% dos pais responderam que sim, expressando uma certa atribuição de dificuldade de relacionamento.

Conclusão

Os dados obtidos nos mostram que as causas da surdez na população estudada são predominantemente congênitas. A maioria dos alunos surdos se engajam mais em atividades de natureza social, do que não social, realizando-as com acompanhantes não surdos. Os pais avaliam seus filhos como bem aceitos pela professora, pelos colegas e pelos irmãos, apresentando baixa dificuldade de interação com o sexo oposto. As expectativas de autonomia e de escolarização são maiores do que a de obtenção futura de trabalho. A ocorrência de brigas é alta, entre o filho com surdez e os elementos da família de maior convivência, como os irmãos e mães.

Embora os pais relatem que os filhos realizam atividades sociais com acompanhantes não surdos, é preciso perceber que em uma série de atividades sociais o domínio da língua da comunidade ouvinte não é fundamental. Cabe acres-

centar que a maior parte dos filhos com surdez das famílias investigadas são menores, estudantes e dependentes, condições que dificultam as interações fora do âmbito escolar. Na adolescência esta dependência diminui e as interações sociais com outros surdos, fora da escola, aumentam significativamente, possibilitando o contato com a comunidade e a cultura surda. A expectativa escolar das famílias discordam com os dados disponíveis na literatura atual que mostram um baixo alcance intelectual dos surdos no sistema de ensino vigente, mesmo sem apresentarem qualquer comprometimento intelectual.

Conhecer como a família vivencia as questões relativas às interações sociais e educacionais das crianças e adolescentes surdos pode ser muito útil no processo de aconselhamento e orientação a ser implantado no serviço dentro da Universidade de Ribeirão Preto, inclusive para eleger temas de maior importância para os pais e profissionais que atuam na equipe interdisciplinar.

Referências Bibliográficas

- AMIRALIAN, M.L.T.M. (1986) *Psicologia do excepcional*. São Paulo: E.P.U.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — CORDE (1992) *Política nacional de integração da pessoa portadora de deficiência*. Brasília: CORDE.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial (1995) *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência auditiva*. Brasília: MEC/SEESP.
- X DAKUZAKU, R.Y. (1998) *De deficiente a trabalhador: reabilitação profissional na perspectiva da pessoa com deficiência — um estudo de caso*. São Carlos: Programas de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCar (Dissertação de Mestrado).
- DIAS, T.R.S. (1997) Integração escolar: discussões preliminares sobre um caminho. Em Mantoan, M.T.E. (1997) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon pp.220-229.
- DIAS, T.R.S. e Omote, S. (1990) A entrevista em educação especial: a natureza dos problemas investigados. Em T.R.S. Dias; E.G. Mendes; F.E. Denari; M.J.D. dos Reis; e M.P.R.da Costa *Temas em educação especial 1*. São Carlos: UFSCar pp.67-80.
- X DIAS, T.R.S.; SILVA, L.L. M. e GALVÃO, S.F. (1996) Um serviço de reabilitação profissional: reflexões sobre as características e os tipos de deficiência de seus usuários. Em Goyos, C.; Almeida, M.A. e Souza, D. *Temas em educação especial*. São Carlos: Editora da UFSCar pp.167-183.
- DORZIAT, A. (1995) *Análise crítica de professores de surdos sobre a utilização de sinais em sala de aula*. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar (Dissertação de Mestrado).
- FELÍCIO, C.M. e MANTELATTO, S.A.C. (1998) Mensurando a percepção de fala. Em C.B.F. de Lacerda e I. Panhoca *Tempo de fonoaudiologia*. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária pp.227-247.
- GOLDFELD, M. (1997) *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus.
- MARCHESI, A. (1995) Comunicação, linguagem e pensamento das crianças surdas. Em C. Coll; J. Palácios; e A. Marchesi *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Trad. M.A.G.Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas pp.198-214
- NORTHERN, J.L. e DOWNS, M.P. (1991) *Audição em criança*. Trad. M.L.M.F. Madeira e col. São Paulo: Manole.
- OMOTE, S. (1980) *Reações de mães de deficientes mentais ao reconhecimento da condição dos filhos afetados*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Dissertação de Mestrado).
- PETEAN, E.B.L. e GRAMINHA, S.S.V. (1993/94) Caracterização da demanda de um serviço de profissionalização para pessoas portadoras de deficiência em Ribeirão Preto — SP. *Didática*, (29), 125-138.
- QUADROS, R.M. (1997) *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- SALERNO, R.; STABLUN, G.Ceci, M.J.; e SILVA, M. A.C. (1985) *Deficiência auditiva na criança*. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, (51), 23.
- SOUZA, P.N.P. e SILVA, E.B. (1997) *Como entender e aplicar a nova LDB*. São Paulo: Pioneira.
- TERRASSI, E (1993) *A família do deficiente: aspectos comuns e específicos contidos nos relatos de mães de crianças portadoras de diferentes deficiências*. São Carlos Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar (Dissertação de Mestrado).
- VASH, C.L. (1988) *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação*. Trad. G.J.de Paiva, M.S.F. Aranha e C.L.R. Bueno. São Paulo: Pioneira.